

# Aviação comercial quer ficar com Aeronáutica

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Presidentes de 11 empresas de aviação comercial divulgaram ontem um documento defendendo a permanência do setor no Ministério da Aeronáutica. Eles assumiram o compromisso de apoiar "o permanente trabalho feito pelo ministério no plenário da Assembleia Nacional Constituinte em defesa dos mais legítimos interesses da atualidade e do futuro do transporte aéreo no Brasil".

O documento dos empresários foi uma resposta ao lobby que vem sendo feito pelos sindicatos dos aeronautas e dos aviários, que pretendem transferir o setor para a administração civil, acabando assim com o serviço integrado de controle do

tráfego e defesa aérea atualmente em vigor. O deputado Noel de Carvalho (PDT-RJ) propôs emenda favorecendo a posição dos sindicatos. A iniciativa foi aprovada na Subcomissão de Transportes e ele pretende reapresentá-la, como pedido de destaque, durante a votação do substitutivo, a partir de amanhã. O anteprojeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão de Ordem Econômica, não trata da questão. Mesmo assim, os assessores parlamentares da Aeronáutica revelaram que já têm o apoio de 45 parlamentares da comissão temática garantindo que rejeitarão a proposta de Noel de Carvalho.

Assinaram o documento de apoio ao Ministério da Aeronáutica os presidentes da Varig/Cruzeiro, Vasp, Transbrasil e de outras empresas comerciais. O pessoal da reserva

da FAB também está trabalhando para a manutenção da atual situação. Ontem, o ex-ministro Délio Jardim de Mattos encontrou-se com vários parlamentares, convencendo-os de que a aviação civil deve permanecer sob a responsabilidade da Aeronáutica.

## JUSTIÇA MILITAR

Exército, Marinha e Aeronáutica juntaram-se ontem ao Superior Tribunal Militar no lobby que pretende derrubar o artigo 96 do relatório da Comissão de Organização dos Poderes. O texto determina que a Justiça Militar não poderá mais julgar civis, limitando-se aos processos e julgamentos de crimes exclusivamente militares. Os assessores parlamentares das Forças Armadas alegam que o relatório analisou apenas a questão política, esquecendo-se de um item

básico: o julgamento de civis processados por crimes específicos do Código Penal Militar.

De acordo com o substitutivo do relator, Egidio Ferreira Lima, somente em tempo de guerra os civis poderão ser julgados pela Justiça Militar, e assim mesmo apenas nos casos expressos em lei "para repressão de crimes contra a segurança externa do País ou contra instituições militares".

Para os assessores do STM, se a proposta for efetivada, até mesmo os alistados no serviço militar classificados como insubmissos passarão a ser julgados pela Justiça comum. Ontem, o Noticiário do Exército relatou o caso do pastor luterano Werner Fuchs, da Pastoral da Terra do Paraná, que, acusado de difamar o Exército, foi processado com base no Código Penal Militar.

# Sistema Financeiro atrai governadores

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, já está na cidade; Miguel Arraes, de Pernambuco, está telefonando para parlamentares e pode desembarcar em Brasília a qualquer momento, juntamente com Waldir Pires, da Bahia, e Tasso Jereissati, do Ceará. A mobilização dos governadores tem por alvo os constituintes da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembleia Constituinte, que começa a votar amanhã seu relatório final.

Simon reúne-se hoje de manhã com os parlamentares gaúchos de todos os partidos, para marcar posição a favor das propostas do Estado para a comissão. A principal delas é a criação de um fundo de compensação para repor as perdas dos Estados exportadores, com a isenção do ICM sobre os produtos exportados. Os gaúchos querem garantir também sua parcela no Fundo de Participação dos Estados.

Os nordestinos, por seu lado, lutam pelo restabelecimento do dispositivo que destina todos os recursos do Fundo aos Estados com renda per capita menor que a renda nacional, aprovado pela Subcomissão de Tributos, mas modificado no substitutivo apresentado sábado passado pelo relator da comissão, José Serra (PMDB-SP). Serra destinou apenas

20% do FPE aos Estados mais pobres, ficando 80% para ser distribuídos por todos, incluindo aqueles com renda maior que a nacional, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Distrito Federal.

## PRESSÃO

O vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, revelou ontem ao Congresso que o governador Miguel Arraes está tentando um contato com José Serra, para defender a posição nordestina. Carlos Wilson confirmou também que não está descartada a possibilidade de que Arraes e os governadores da Bahia e do Ceará venham a Brasília, até amanhã, para liderar o esforço dos parlamentares de seus Estados.

O trabalho dos nordestinos em Brasília tem o apoio de uma equipe de técnicos da Sudene, que está assessorando os parlamentares na análise e na redação das propostas. Esses técnicos destacam outra reivindicação, complementar à destinação do FPE aos Estados mais pobres: a regionalização dos planos de desenvolvimento e dos orçamentos federais, segundo um critério de proporcionalidade à população das macrorregiões.

A proposta da Subcomissão de Orçamento da Constituinte, que estabelecera essa regionalização, foi modificada no relatório de Serra. Apesar de o relator ter explicado que a mudança se deveu a um erro da sua assessoria, o pessoal da Sudene preparou emenda, apresentada pelo deputado Fernando Bezerra Coelho, de Pernambuco, garantindo a regionalização.

# Emendas alteram a função dos militares

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O relatório da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária e da Garantia das Instituições, de autoria do deputado Prisco Viana, recebeu cerca de 600 emendas, umas alterando o papel dos militares na defesa interna do País; outras, acabando com o estado de defesa; e outras, ainda, propondo alterações profundas na questão da prorrogação de mandato de prefeitos e vereadores de dez municípios, preconizada pelo relator.

Ontem, o deputado passou o dia analisando as emendas para elaborar novo relatório a ser apresentado

na comissão temática, e votado a partir de amanhã: o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) mostrou-se aborrecido com a repercussão negativa de sua proposta de prorrogação de mandato, de dois para quatro anos, dos prefeitos e vereadores eleitos em 1986. Eles exercem mandato-tampão nas prefeituras criadas em função da eliminação dos chamados municípios de segurança nacional, incluídas as estâncias hidrominerais. Ele argumenta que essas prefeituras são menos que dez e observou que competirá ao constituinte Saldanha Derzi, autor da emenda, a defesa da proposta na comissão.

Prisco Viana disse que essa prorrogação foi uma solução política negociada com Ulysses Guimarães e negou que tenha pretendido, alguma vez, tentar a prorrogação de mandato dos prefeitos das capitais. Essa era uma pretensão sua e foi propos-

ta, segundo ele mesmo comunicou à imprensa, na segunda-feira, ao senador Mário Covas e ao deputado Ulysses Guimarães. "Ambos a repudiaram", havia dito Prisco na segunda-feira.

Enquanto isso, os setores xiitas da Assembleia Nacional Constituinte pretendem entrar com pedido de destaque para votação dos dois anteprojeto das Subcomissões do Sistema Eleitoral e da Garantia da Constituição, por eles considerados melhores que o substitutivo do deputado Prisco Viana.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) critica a solução encontrada por Prisco no que se refere à realização de eleições em dois turnos para prefeitos de municípios com mais de cem mil habitantes. Considera que isso dificultará os partidos de esquerda, com maior eleitorado nas cidades mais populosas, pois a direita,

tendendo a ganhar nas cidades pequenas, ainda pode compor no segundo turno das cidades de porte médio.

Outra crítica diz respeito à inclusão de percentuais de votos necessários para que um partido tenha representação no Congresso Nacional, proposta que já tinha sido recusada na subcomissão, diz Delgado.

A exclusão da proposta de criação do Tribunal Constitucional, constante no anteprojeto da Subcomissão de Garantia da Constituição, está sendo criticada pelos xiitas, uma vez que tal sugestão havia sido aprovada por unanimidade pela subcomissão. Prisco Viana não levou isso em consideração, embora se tenha valido do argumento de manutenção do relatório da Defesa do Estado (papel dos militares), por ter sido aprovado por dois terços dos parlamentares da subcomissão.

# Empresários favoráveis à medicina livre

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Empresários da área de saúde de todo o País entregaram ontem aos deputados constituintes um documento em que se colocam em defesa da livre iniciativa no setor e questionam a tendência da Constituinte na área, "com clara proposta estatizante, que não se adequa à realidade socioeconômica do País e nem atende aos anseios da população brasileira".

A estatização do setor de saúde, segundo o documento, constitui uma proposta inexecutável pela carência de recursos e eminentemente utópica, na medida em que simplesmente ignora a importância de toda a rede particular de saúde, que há anos vem suprimindo com eficácia as deficiências do setor público. Diz também que a solução não será a desapropriação de toda uma rede privada, a intervenção arbitrária, o desprezo a todo o equipamento já instalado e em funcionamento e uma tecnologia médica própria.

Defendendo um sistema misto de saúde, no qual os setores público e particular atuam em harmonia para um atendimento qualificado à população, o documento entregue aos constituintes faz críticas ao Estado, que provou não ter condições de cumprir suas próprias obrigações, e no setor de saúde tem atuado com ineficiência, prestando o mesmo tipo de atendimento com custos pelo menos sete vezes superiores aos do setor privado, devido a burocracia, empurramento e falta de gerenciamento efetivo.

# Na Economia, xiitas lutam contra liberais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Prosseguem hoje as negociações entre os grupos ideológicos e de interesse na Constituinte em torno do capítulo da Ordem Econômica. Nas várias rodadas de entendimento, realizadas ontem no gabinete do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), houve aproximação de pontos de vista em relação ao título dos princípios gerais da economia. Manteve-se a radicalização em torno da reforma agrária e a indefinição de linhas básicas para o tratamento da questão urbana e de transportes.

O grupo xiita fez várias reuniões em separado para definir pontos "inegociáveis" e propostas de concessão a serem apresentadas ao grupo liberal. Este também manteve uma série de encontros em que foi admitida a presença de alguns adversários, na tentativa de uma negociação direta.

O grupo liberal já admite pequena ampliação no conceito de monopólio estatal de petróleo (excluído o gás natural) e restrições à definição de empresa estrangeira. Não abre mão, no entanto, da proibição do papel de agente produtivo do Estado, salvo em áreas e por motivo de segurança nacional. No título dos princípios gerais da Economia, os xiitas e a esquerda exigem a manutenção de reserva de mercado, com o apoio do relator, e estão agindo para que o anteprojeto atenda seus interesses. Os liberais também preparam táticas para enfrentar a votação. A preferência até agora é negociar e preparar a votação de emendas dos artigos, ponto por ponto.

# Estabilidade e greve estão garantidas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Já está garantida a aprovação pelos constituintes da Comissão da Ordem Social de pelo menos dois dos mais polêmicos itens da nova Constituição na área trabalhista: a estabilidade no emprego e o direito de greve, de forma, porém, mais atenuada do que propõem os trabalhadores. A estabilidade virá com a ressalva "contrato a termo por dois anos" e o direito de greve, desde que preservados os serviços essenciais. Prevalecerá neste caso a redação do item II, parágrafo 1, do artigo 2 do substitutivo do relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que dispõe: "Serão estabelecidas providências e garantias que assegurem a manutenção dos serviços essenciais à comunidade".

O consenso nestes dois pontos foi conseguido após intensas negociações entre o relator da comissão, a cúpula do PMDB e os constituintes mais ligados ao governo, segundo informações de um dos participantes dessas reuniões. Alguns constituintes queriam que o Ministério do Trabalho interviesse nas greves, mas acabaram aceitando que este é um direito dos trabalhadores, a quem caberá definir "a oportunidade e o âmbito de interesses a defender por meio da greve", conforme prevê o substitutivo de Gabriel.

Dos 63 constituintes que integram a Comissão da Ordem Social, a cúpula do PMDB espera contar com a metade e pelo menos mais dois, o suficiente para garantir a aprovação dos itens mais avançados do substitutivo do senador Almir Gabriel.



Alencar Monteiro

Maioria da Comissão da Organização dos Poderes é contra relatório de Egidio e pelos cinco anos

# Egidio insiste em dar quatro anos a Sarney

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A fixação de quatro anos para o mandato do presidente José Sarney será mantida nas disposições transitórias do substitutivo da comissão temática, mesmo após a apresentação de emendas restabelecendo os cinco anos propostos anteriormente no relatório da Subcomissão do Poder Executivo. A decisão é do próprio relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que disse não ter comunicado o fato ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, porque o multipresidente já sabia e também não ficou irritado com a inclusão da matéria no relatório da comissão temática.

O relator acha que a questão do mandato de Sarney será decidida em plenário, na Instância final da Constituinte, considerando importante a sua proposta. No seu entender, ela contrapõe outra alternativa depois do pronunciamento presidencial pela televisão, quando o assunto foi tratado de forma positiva. A maioria dos integrantes da comissão defende mandato de cinco anos, mas Ferreira Lima disse não abrir mão de seus princípios, mesmo admitindo possíveis mudanças no parecer, na votação do plenário da Comissão.

Na hipótese de vencer o princípio dos quatro anos, o deputado pernambucano considera que não caberá ao governo, neste ou em qualquer outro tema tratado pela Constituinte, recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Seria "uma iniciativa tola, risível", observa, pois a Constituinte é soberana e não cabe recursos às suas decisões. Ferreira Lima já apreciou as 1.153 emendas apresentadas ao seu relatório e pretende entregar o

parecer final hoje à noite. Ele prevê o aproveitamento das que contribuíram para aperfeiçoar o seu substitutivo, sem alterar substancialmente a proposição. Uma das emendas que serão aproveitadas permite ao presidente da República indicar o primeiro-ministro, no sistema parlamentarista, após a rejeição anterior de duas indicações pelo Congresso.

## RECURSOS

Reunida ontem, a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo decidiu manter decisão da Mesa da Constituinte e não acatou as questões de ordem dos deputados Amaral Neto (PDS-RJ) e José Genóino (PT-SP). O primeiro desejava a destituição dos relatores das subcomissões, cujos projetos finais não foram integralmente aprovados, e o segundo pretendia a redução do número de integrantes da Comissão de Sistematização, de 93 para 89, para que fosse atendida a questão da proporcionalidade partidária.

# Richa chega tranquilo à votação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), acredita na aprovação sem maiores problemas do seu novo substitutivo, baseando-se no fato de já ter conseguido aprovar, previamente, vários pontos discordantes da comissão. O senador passou o dia de ontem reunido com assessores para examinar as emendas apresentadas ao seu substitutivo, cuja votação acontecerá amanhã.

A maioria dessas propostas objetiva ampliar a autonomia política do Distrito Federal e a criação de novos estados. As demais visam a aperfeiçoar tecnicamente a proposta, com mudanças na redução e inclusão de dispositivos para tornar mais claro o seu texto. As maiores polêmicas em torno do substitutivo de José Richa, conforme previram assessores do parlamentar, vão aparecer na votação de emendas com vistas à criação de novos estados, especialmente a de Tocantins, do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que deverá ser incluída nas disposições transitórias da futura Constituição.

# 'Bíblia' ou 'catecismo'? Opção é dos constituintes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dependendo da extensão de seu texto, a futura Constituição brasileira será uma "Bíblia" ou um "catecismo", segundo afirmou ontem, durante o debate na Comissão de Sistematização, o vice-presidente Aluizio Campos (PMDB-PB). O assunto foi levantado no momento em que se discutia uma sugestão do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), no sentido de não se permitir mais de 200 artigos para a Carta.

Se esta é uma preocupação de muitos constituintes, existem outros que pensam de forma diferente, como o deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), para quem a nova Constituição deve ser ampla e pormenorizada, pouco importando que chegue a 1.500 ou dois mil artigos. Ele acha que só assim o povo vai entender as normas que vão reger a vida dos brasileiros.

A Comissão de Sistematização, a partir de segunda-feira, vai enfrentar a árdua tarefa de compatibilizar os 2.200 dispositivos que deverá receber das comissões temáticas. E isso preocupa os constituintes, a começar pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).


A comissão decidiu, depois desse debate, acolher a proposta de Gadelha como um "apelo", destinado a estimular os constituintes a um enjugamento do texto em exame.

DE 200 A 300  
O relator Bernardo Cabral, que também interveio no debate, tinha sobre a mesa 20 Constituições de diferentes países e, depois de mencionar uma por uma, observou que apenas três, a do Uruguai (com 321 artigos), e a da Suíça (com 313), e a do Peru (com 307), superam a marca dos 300 artigos, situando-se as demais no que foi considerado ideal: entre 200 e 300 dispositivos. A Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, como explicou o parlamentar amazonense, tem 200 anos de existência e seu texto não excede de sete artigos, além de 21 emendas. A da Alemanha tem 115; a da Argentina, 110; a do Chile, 119; a da França, 89; a da China Popular, 138; a de Cuba, 141 e sem disposições transitórias; a da Espanha, 189; a da Guiné-Bissau, 102, também sem disposições transitórias; a da Itália, 139; a do Japão, 99; a do México, 136, sem disposições transitórias; e a de Portugal, 300.

No curso dos debates, o presidente da reunião, Aluizio Campos, que é vice-presidente da comissão, explicou que a discussão era oportuna. Seu objetivo é encontrar uma definição para se saber se a Carta será uma "Bíblia" ou um "catecismo".

## VERGONHA

O senador Jamil Haddad, líder do PSB, disse concordar com Gadelha e foi além, concordando também com Capistrano de Abreu, que sugeriu uma Constituição com um único artigo: "Todo brasileiro deve ter vergonha na cara".



## Construtora Albuquerque, Takaoka S.A.

informa

11 de junho de 1987

PRÉ-LANÇAMENTO

# ALPHAVILLE RESIDENCIAL



Hoje abertura das vendas de pré-lançamento, no estande de vendas em Alphaville, à Praça das Rosas, 52, Centro Comercial. Preços promocionais para reduzido número de lotes, e até dia 22 de junho de 1987.

ALPHAVILLE RESIDENCIAL A mesma dose de Alphaville Residencial 12 anos depois. Desta vez não se atrase.

FONES

421-1165 421-1167

lotes a partir de 560 m<sup>2</sup>